



UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

**PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS:
O QUE DIZEM OS ESTUDANTES EM REDE**

PAULA FERNANDA MAYOR

Rio de Janeiro

2008

PAULA FERNANDA MAYOR

**PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS:
O QUE DIZEM OS ESTUDANTES EM REDE**

Monografia apresentada à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, como requisito indispensável para conclusão do Curso de Pedagogia e obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia, orientada pela Prof^a Dr^a. Claudia de Oliveira Fernandes.

Rio de Janeiro

2008

**PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS:
O QUE DIZEM OS ESTUDANTES EM REDE**

PAULA FERNANDA MAYOR

Avaliado por:

Prof^ª. Dr^ª. Janáina Menezes
Professora da disciplina Monografia II

Prof^ª. Dr^ª. Claudia de Oliveira Fernandes
Professora Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Elena Viana de Souza
Professora Leitora

Rio de Janeiro
2008

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai e minha avó, Maria Nunes da Silveira, que em vida, me ensinaram o valor de lutar pelos seus sonhos.

À minha tia e madrinha, Mauriceia, que esteve ao meu lado em todos os momentos difíceis que poderiam ter feito com que eu desistisse.

E em especial à minha mãe, Maria das Graças, que mesmo sem compreender o significado de um diploma superior, sempre me apoiou com pequenos atos cheios de amor e dedicação.

AGRADECIMENTOS

À professora Cláudia Oliveira Fernandes, pela grande orientação e apoio.

Aos verdadeiros amigos que me apoiaram durante estes anos.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

"Não existe imunidade contra a ação sutil da ideologia: ela pode se manifestar tanto na percepção sensível como na análise e na reflexão; pode aparecer tanto na pretensão à universalidade como na resignação à particularidade."

(Leandro Konder, 2002)

RESUMO

Este trabalho corresponde a uma pesquisa e análise histórica e de dados atuais sobre o Programa Universidade para Todos – ProUni, desde sua criação até o ano de 2007. Através do mesmo, objetivamos compreender como e por que o Programa foi criado e o que foi feito ao longo desses anos. Assim, descrevemos, num primeiro momento, a origem do Programa, analisando como foi feito e os objetivos da implementação deste. Pesquisamos também os dados reais que foram divulgados por sites oficiais do governo, bem como artigos e reportagens em revistas e jornais de grande circulação. Por fim, procuramos descrever e analisar casos reais de alguns bolsistas e o que eles têm a dizer a respeito do Programa. Com isso, procuramos entender o que o Prouni fez e está fazendo com o cenário do ensino superior no país.

Palavras-chave: ensino superior, Prouni, ministério da educação, financiamento estudantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I - ORIGEM DO PROGRAMA	11
1.1 A Lei	12
CAPÍTULO II – DADOS OFICIAIS	14
2.1 Dados Gerais e suas representações	14
2.2 Teorizando os dados	18
CAPÍTULO III – HISTÓRIAS DO PROUNI	19
3.1 Coleta dos dados	19
3.2 Depoimentos	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26
ANEXOS	29

INTRODUÇÃO

Hoje as instituições públicas de ensino superior no país ainda não conseguem acompanhar as demandas da sociedade. A omissão do Estado causou o crescimento desenfreado de faculdades privadas, que suprem a lacuna deixada pelo setor público, mas a princípio, não resolviam o problema, pois nem todos conseguem pagar as altas mensalidades. Diante disso, em 2004 o governo criou o Programa Universidade para Todos – ProUni, que concede bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação.

Através do presente trabalho, procuramos compreender o significado da implementação do Programa em nosso país.

Assim, delimitando nossa pesquisa no período de existência do programa – 4 anos, objetivamos descrever a importância dele para os rumos da educação superior no país, bem como investigar o que tem sido feito ao longo destes quatro anos. Desta maneira, pretendemos responder as seguintes questões: Quais as propostas do governo ao lançar o programa Universidade para todos? Quais os resultados nesses primeiros anos de programa? O que os sujeitos beneficiados pelo ProUni têm a dizer?

Desta forma, entenderemos as implicações que o programa trouxe para a educação superior do Brasil..

Com isso, procuramos mostrar que, os estudantes (vindos de família de baixa renda) que obtêm êxito nos vestibulares não são gênios, apenas encontram algumas condições favoráveis para continuar os estudos. (Abranches, S. P., 2006, p. 41)

Visto isso, a pesquisa em questão é fruto de um questionamento pessoal pelo tema, pois o programa por si só pode até chamar atenção da mídia, mas esclarecimentos como: quando surgiu, o que já realizou, o que os beneficiados pelo programa têm a dizer, podem esclarecer tanto dúvidas pessoais, quanto uma população que, muitas vezes, não tem acesso a informações que podem beneficiar sua cultura e qualidade de vida.

Por fim, por se tratar de um trabalho de cunho informativo, optamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, em textos e livros, na legislação, nos sites oficiais de pesquisas educacionais e no site de relacionamentos Orkut, meio de pesquisa escolhido para entrar em contato com diferentes pessoas espalhadas pelo país que são beneficiadas pelo ProUni. Como este site de relacionamento é composto por todas as classes sociais de todas as

espalhadas pelo país que são beneficiadas pelo ProUni. Como este *site* de relacionamento é composto por todas as classes sociais de todas as regiões do Brasil, foi considerado interessante para encontrar pessoas que pudessem responder o questionário proposto e comparar a experiência dessas pessoas com o proposto oficialmente. É importante lembrar que os voluntários que responderam o questionário não correspondem a todos os perfis dos bolsistas, como por exemplo, há bolsistas que não possuem acesso à internet. Logo, os voluntários são apenas exemplos reais que mostram o que o Programa já fez.

No que diz respeito à produção científica em torno do ProUni, ainda é bem recente, visto ser ele um programa novo, que entrou em cena em 2004. No banco de teses da CAPES, existem poucas publicações sobre o tema.

Entre elas, há uma publicação com o título de “O avanço da privatização na educação superior brasileira: o ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado”, de Sergio Campos de Almeida da Universidade Federal Fluminense (UFF). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que aborda a criação do ProUni enquanto um mecanismo de privatização do ensino superior.

Outra pesquisa é intitulada de “Políticas Públicas de acessibilidade no ensino superior particular do triângulo mineiro”, de Fernando Cesar Marra e Silva da Universidade São Marcos, trata-se em uma pesquisa bibliográfica e de campo sobre a questão da inclusão social no ensino superior a partir de políticas públicas e da iniciativa privada. Estes dois estudos foram publicados em 2006.

Destacamos, assim, como referências bibliográficas: artigos científicos no site da Biblioteca Eletrônica de periódicos científicos brasileiros (Scielo.com) e do Banco de Teses do CAPES, e reportagens e notícias de sites oficiais, tais como: do MEC (<http://portal.mec.gov.br>); do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (<http://www.inep.gov.br>); do Jornal do Brasil (<http://jbonline.terra.com.br>); do jornal O Globo (<http://oglobo.globo.com>); entre outros.

Com isso, objetivamos conhecer e analisar as principais contribuições teóricas e casos reais acerca do tema em questão, recolhendo informações sobre o mesmo.

Começamos nossa análise com um trabalho de contextualização histórica, pesquisando a origem do Programa no país, situando o clima político/educacional do momento e descrevendo os objetivos propostos pelo governo ao lançar o programa. Desta maneira, compreendemos as intenções do governo, as conseqüências para a educação superior do país, bem como o início da trajetória do ProUni nas universidades particulares espalhadas pelo Brasil

Posteriormente, destacamos os dados reais do que o Programa fez até 2007, através de dados oficiais, artigos e reportagens, bem como o que alguns teóricos falam sobre a temática em questão.

Finalmente, transcrevemos e analisamos algumas entrevistas feitas com bolsistas de diversos cantos do país em diversos períodos de seus respectivos cursos. Com isso, procuramos entender a real evolução do Programa e a importância para estas pessoas beneficiadas, bem como para o país que receberá estes formados.

1. ORIGEM DO PROGRAMA

Conforme é observado por Patto (1990, p.5), “a revolução social francesa supõe a igualdade dos homens frente à Lei e às oportunidades de sucesso profissional, mas deixa claro que, embora seja dada a todos os competidores a possibilidade de começar no mesmo ponto de largada, os corredores não terminam juntos”.

No campo educacional, mais especificamente no ensino superior do país, vemos que nem todos conseguem alcançar a tão sonhada entrada na Universidade, e muitos do que conseguem não chegam a concluir o curso.

Pela lógica da finalidade da educação escolar, todo aluno que terminasse o ensino médio deveria estar em condições de cursar o terceiro grau; no entanto, como o sistema universitário não consegue absorver todos os concluintes do curso médio – assim como a estrutura do ensino médio não comportaria todos os alunos egressos do ensino fundamental –, criou-se a figura dos exames vestibulares. (GLUGOSKI, 2004)

O processo de reforma da educação superior desencadeado pelo MEC, a partir de 2003 estaria orientado pela necessidade de democratizar o acesso a educação superior e de inserir a universidade no projeto de desenvolvimento nacional

Dentre as discussões e propostas que envolvem a Reforma Universitária do governo Lula, encontra-se o Programa Universidade Para Todos. Desde o anúncio oficial de que o Projeto de Lei seria encaminhado ao Parlamento (2004) até a versão definitiva da Lei nº 11.096 (2005), o Programa foi alterado diversas vezes, geralmente atendendo às reivindicações das Instituições de Ensino Superior (IES) particulares e beneficentes.

No PL original do ProUni, o vínculo da IES valeria por dez anos, renovável por iguais períodos (e permaneceu assim). Não poderiam participar instituições com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (SINAES) por dois anos consecutivos ou três intercalados, no período de cinco anos (Art. 7º, §4º). Na MP e na Lei, o desvinculamento foi abrandado para desempenho insuficiente no SINAES por três anos seguidos. Enquanto o PL condicionava a participação das IES no Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) à adesão ao ProUni, na MP essa restrição foi suavizada: o acesso ao FIES passou a ser prioritário para as IES aderentes ao ProUni (BRASIL. PODER EXECUTIVO, 2004, Art. 13). As IES que descumprissem as regras do ProUni seriam multadas em até 1% do faturamento anual (Na Lei não consta mais isso), teriam que restituir a

porcentagem de 10% (IES não-beneficientes) e 20% (IES beneficentes) de bolsas integrais caso ficassem abaixo do mínimo e seriam desvinculadas em caso de reincidência.

Outra questão discutida foi constar na Medida Provisória a competência exclusiva da fiscalização ao Ministério da Educação. Como o MEC não possui quadro técnico especializado, haveria dificuldade no controle contábil/fiscal, “ao passo que tal medida desautorizava e impedia o trabalho desenvolvido, nos últimos anos, de combate à sonegação do Ministério de Estado da Previdência Social e da Receita Federal” (CARVALHO, 2006). Após o alerta, a redação foi alterada e a lei foi promulgada contendo o texto que “o MEC é o responsável, apenas, por verificar o cumprimento das exigências e informar aos órgãos competentes a situação de cada entidade” (CARVALHO, 2006).

Sendo assim, em 13 de janeiro de 2005 o governo instituiu o ProUni com o propósito de conceder a pessoas vindas de famílias de baixa renda bolsas integrais e parciais para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

1.1 A Lei

No Art. 1º são mencionados, além de bolsas integral e parcial de 50%, benefícios parciais de 25% do valor do curso escolhido. No Art. 7º diz que haverá cotas para negros e indígenas. O percentual terá que ser, no mínimo, segundo o MEC, o percentual de cidadãos autodeclarados negros, pardos e indígenas no último censo do IBGE de cada estado.

Como informa o site do MEC então, para participar, o candidato tem que cumprir uma série de requisitos, entre eles, ter feito o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio); ter feito todo o Ensino Médio em escola pública ou na rede particular na condição de bolsista integral; comprovar renda familiar per capita até um salário mínimo e meio para concorrer à bolsa integral e até três salários mínimos para a bolsa de 50% do valor da mensalidade. Porém, não basta democratizar o ensino, é preciso promover inclusão social com qualidade. Diante disso, um dos critérios para a manutenção da bolsa é o rendimento acadêmico. O estudante com bolsa integral ou parcial precisa ser aprovado em, no mínimo, 75% do total das disciplinas cursadas em cada período letivo. (Revista ProUni, 2008 p. 08)

Para as instituições que aderem ao Prouni, o Programa proporciona isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição

para o Programa de Integração Social (PIS). Em dezembro de 2004, a previsão do MEC era de que a renúncia fiscal seria da ordem de R\$ 196 milhões anuais (Brasília, MEC 2004).

A principal crítica voltada a essa iniciativa governamental é a de que os recursos que deixarão de ser arrecadados com a isenção de impostos poderiam ser aplicados na ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas. Corbucci (2004) diz que “para alguns críticos da proposta, o Estado estaria comprando vagas já existentes e ociosas, e ao mesmo tempo oferecendo um serviço de qualidade duvidosa”. Porém, completa dizendo que “(...) os dirigentes do MEC argumentam que o grau de evasão fiscal nesse nível de atividade é tão elevado que aquilo que se deixaria de arrecadar seria irrisório comparado com o benefício que a ampliação do acesso à educação superior poderia oferecer”.

É importante lembrar também que para manter a qualidade dos cursos que participam do Prouni foi sancionada, em julho de 2007, a Lei nº 11.509, que prevê a desvinculação do Programa de cursos com duas avaliações negativas consecutivas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). O sistema inclui não apenas o Enade, mais avaliação das condições do curso e da instituição. (Revista ProUni, 2008 p. 09)

No seu primeiro processo seletivo, O Prouni ofereceu 112 mil bolsas em 1.142 instituições de ensino superior de todo o país e 422, 531 mil inscritos para o processo seletivo. Segundo Eliezer Pacheco, presidente do Inep em 2005, cerca de três milhões de estudantes se inscreveram para fazer o Enem naquele ano. Para Pacheco, o número de inscritos cresceu porque os alunos são obrigados a fazer a prova para poderem participar do ProUni. Dados que mostram que a população de baixa renda tem interesse em cursar uma faculdade e melhorar seu nível sócio-econômico. O que faltava era iniciativa da parte do governo em melhorar essa desigualdade.

Corbucci diz que o programa “constitui iniciativa, ainda que tímida, de redistribuição indireta da renda, ao transferir recursos de isenção fiscal a estratos populacionais mais pobres, já que tais recursos, caso fossem arrecadados, não beneficiariam necessariamente esses grupos sociais” (2004, p.698).

Mancebo destaca que “(...) um dos primeiros passos da Reforma Universitária seria a edição de medidas que, a um só tempo, suprissem a necessidade de ampliação da rede de ensino superior e não implicassem gastos para a União” (MANCEBO, 2004, p. 80).

O Programa está dentro deste quadro, promovendo o acesso à educação superior com baixo custo para o governo, com o objetivo de cumprir a meta do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/2001) de aumentar a proporção de jovens na faixa de 18 a 24 anos que freqüentam curso superior até 2010.

2. DADOS OFICIAIS

Aqui, iniciamos nossa pesquisa, análise e observações acerca dos dados oficialmente divulgados e dos dados colhidos das fichas preenchidas por alguns bolsistas do programa e enviadas a mim por e-mail.

Segundo os dados do INEP, o Programa Universidade para Todos já beneficiou desde 2005 mais de 300 mil estudantes em todo o país. E o bom desempenho dos bolsistas já pode ser constatado.

Os alunos do Programa tiveram as melhores notas no Enade de 2006. O resultado divulgado em maio de 2007 revela superioridade em todas as catorze áreas de conhecimento avaliadas (apenas Arquivologia ficou de fora porque não tinha alunos bolsistas).

Francis Irineu, coordenador do curso de graduação em administração do INEA Faculdades, da cidade de São José dos Campos (SP) diz que o bom resultado não pode ser avaliado apenas como medo de perder a bolsa, pois vê nestes estudantes compromisso com a educação que levará a um bom posicionamento no mercado de trabalho. (Revista ProUni, 2008 p. 08 e 09)

Antônio Mário Bianchi, professor da PUC-RS, efetuou junto a universidade, uma análise comparativa, quanto ao desempenho acadêmico, entre os bolsistas e os demais estudantes onde foram consideradas cinco variáveis relacionadas com o desempenho acadêmico e foi apontado uma superioridade dos bolsistas em todos os aspectos estudados. (Revista ProUni, 2008 p. 09)

Alguns exemplos desses resultados foram vistos através do Enade 2006 com os estudantes do curso de Administração onde os bolsistas atingiram nota média de 48.7, enquanto os não-bolsistas ficaram com 39.9. Na formação de Professores, os bolsistas atingiram 50.4, enquanto não-bolsistas, 46.1. E a maior diferença foi vista em Biomedicina que alcançou uma diferença de cerca de 9 pontos. (Revista ProUni, 2008 p. 09)

2.1 – Dados gerais e suas representações

Após esses 4 anos de Programa, já é possível fazer um balanço dos dados resultantes. Através de gráficos, é possível que se chegue a conclusões importantes.



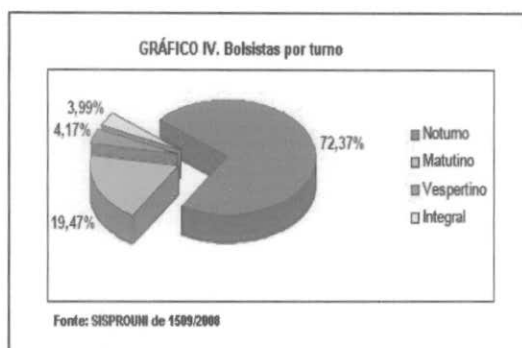
Estes números mostram que o Programa segue cada vez mais bem aceito tanto no governo, quanto na sociedade, já que, como mostra o Gráfico II, representativo da série histórica de inscritos no Programa, neste ano de 2008, com o programa já consolidado, o número de inscritos teve um aumento considerável em relação a todos os anos anteriores.



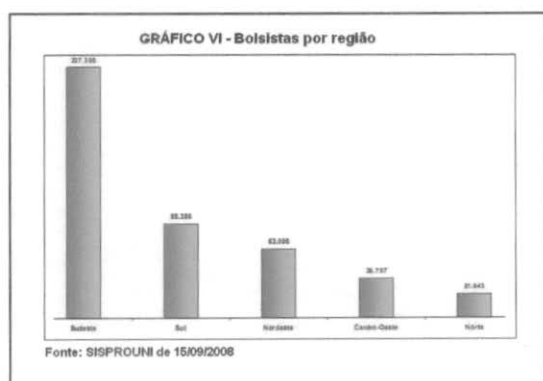
Com relação aos tipos de bolsa, merece destaque o fato de o Programa ter atendido um número muito maior de bolsistas integrais do que parciais, como mostra o gráfico III, lembrando que para ter direito a bolsa, o candidato, entre outros requisitos, deve possuir renda familiar per capita máxima de um salário mínimo e meio. Nesses 4 anos foram utilizadas 303.396 bolsas integrais e 131.196 bolsas parciais.



Dessa totalidade de bolsas ofertadas, outro dado que mostra o quanto o ProUni veio para atender pessoas de baixa renda, que, normalmente, precisam trabalhar durante o dia para ajudar no sustento da casa, é a preponderância dos cursos noturnos. Como mostra o gráfico IV, mais de 70% das bolsas são para o turno noturno. Situação essa que concorre para ampliar as possibilidades de acesso do estudante trabalhador ao ensino superior, permitindo a compatibilização de suas atividades laborais e acadêmicas. (Revista ProUni, 2008 p. 13)

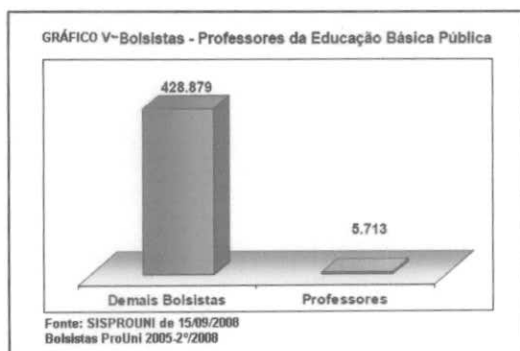


Com relação à divisão de bolsas pelas regiões do país, ainda é notória a diferença entre a parte “sul” e a parte “norte” do país. Como mostra o gráfico VI, a diferença entre as regiões norte (região com menor número de bolsas) e a região sudeste (região com maior número de bolsas) é de mais de 10 vezes. Isso pode ser explicado entre outros motivos, através da cultura de cada região, onde no sudeste “cria-se filhos para entrarem na universidade”, enquanto na região norte, esta cultura não é tão forte, pois muitas das oportunidades de trabalho não requerem ensino superior. Mesmo assim, nesses quatro anos, 21.943 bolsistas foram beneficiados pelo Programa na região norte.

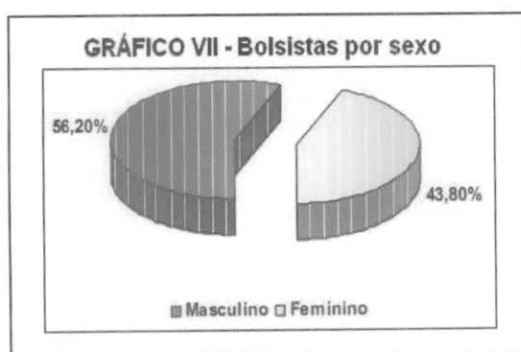


Apesar do Programa já estar difundido em todo o país e o número de bolsas só ter aumentado, o número de bolsistas - Professores da Educação Básica Pública – ainda é baixo,

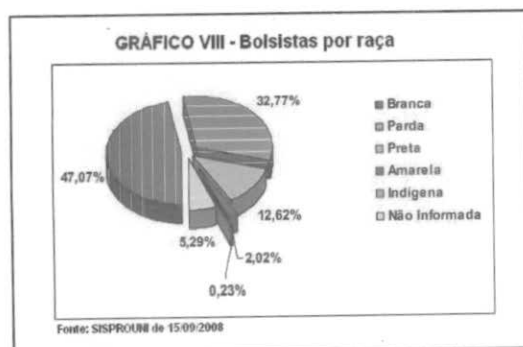
mesmo com critérios diferenciados (dispensa de renda mínima e do ensino médio público). Como mostra o gráfico V, apenas 5.713 professores ao longo destes quatro anos.



Comparando homens e mulheres, como mostra o gráfico VI, não há muita diferença. Tanto homens quanto mulheres buscam pelo Programa como forma de acesso a universidade.



E se tratando de raça, apesar das cotas para autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, como mostra o gráfico VIII, o maior percentual é de brancos. Outro dado que o gráfico nos mostra é a quantidade de bolsistas que não informou a raça, em números, isso significa um pouco mais de 23.000 beneficiados.



2.2 – Teorizando os dados

A história da educação brasileira tem sido marcada pela luta para que o acesso à educação realize a promessa democrática. No entanto, a sociedade mantém uma relação paradoxal com a educação: se, por um lado, reafirma sua importância como fator de desenvolvimento – individual e coletivo – por outro, reage fortemente quando se adotam medidas que buscam igualar o acesso a segmentos da educação que tradicionalmente excluem estudantes de baixa renda, como é o caso da educação superior.

O presidente Luis Inácio Lula da Silva, afirmou que os programas governamentais destinados a aumentar o número de universitários no Brasil são responsáveis por uma “pequena revolução” no sistema educacional. Em relação ao ProUni, o presidente citou:

Este ano, possivelmente tenhamos 60 mil alunos do ProUni formados. Ou seja, o que dá uma dimensão extraordinária do que foi o alcance de jovens da periferia chegando à universidade. O programa hoje atende a aproximadamente 310 mil estudantes e no processo seletivo deste ano foram pré-selecionados mais 100 mil estudantes para o ProUni. (Folha Online, 2008)

O desafio que o ProUni tem enfrentado diz respeito à promessa de tornar a educação um fator de mobilidade social para os indivíduos e também um fator de redução das desigualdades da própria sociedade. (LAZARO, 2008)

Ao estabelecer cotas para afrodescendentes e indígenas, o Programa indica um caminho a ser seguido: a educação deve gerar oportunidades para vencer as desigualdades. Não será somente com a educação que a desigualdade em nosso país será enfrentada. Mas se padrões mínimos de igualdade de acesso, permanência e sucesso forem alcançados no ensino superior, haverá mais vozes qualificadas para ocorrer a transformação do ambiente social, econômico e cultural do país.

3. HISTÓRIAS DO PROUNI

Com o intuito de conhecermos mais profundamente o que significa a atuação do Programa na vida do bolsista, foram escolhidos, através do site de relacionamentos Orkut, 20 integrantes da comunidade “100% ProUni” que responderam uma ficha com dados pessoais, educacionais e profissionais. Após responderem esta ficha, ela foi devolvida por e-mail para servir de base para este capítulo.

3.1 – Coleta dos dados

Dentro da comunidade “100% ProUni” foram escolhidos, aleatoriamente, 20 integrantes. A grande preocupação foi escolher representantes de diferentes estados, para que todas as regiões pudessem ser abrangidas.

Do total de 20 bolsistas que responderam a ficha, 12 são homens e 8 são mulheres, com idades que variam de 18 a 29 anos.

Todas as regiões do país foram representadas com, pelo menos, um bolsista.

Outro dado obtido após verificar os dados, foi que 12 bolsistas trabalham ou estagiam, e apenas 8 estão somente estudando.

Em relação às perguntas voltadas para o ProUni, em uma delas a resposta foi unânime. Ao serem perguntados qual era o tipo de bolsa que foram contemplados (integral/parcial), todos os 20 bolsistas responderam que dispõem da bolsa integral.

Quando perguntados se haviam tentado entrar em uma universidade pública antes, apenas um bolsista respondeu que não havia tentado. Todos os outros tentaram pelo menos uma vez o vestibular das universidades públicas, chegando a casos de 5 tentativas frustradas.

O princípio meritocrático visto no acesso a universidade pública nunca significou que o acesso estivesse, de fato, aberto a todos, como já pudemos analisar. Restrições formais e informais sempre existiram de um modo ou outro. Como mostra Schwartzman,

Poder competir bem em sistemas meritocráticos dependeu sempre de um nível prévio adequado de educação formal ou informal, o que é, por sua vez, função do ambiente familiar e de um investimento prévio em educação. Estes aspectos perversos, ou regressivos, da educação têm sido objeto de estudos e demonstrações detalhados, que ganharam grande popularidade nas últimas décadas. (SCHWARTZMAN, 1989)

A reforma que está ocorrendo no ensino superior do Brasil do século XXI é uma tarefa essencial. Primeiro pela dimensão, complexidade e juventude do sistema nacional de educação superior. Segundo, pela sua heterogeneidade, que deriva não apenas das acentuadas

diversidades e desigualdades regionais brasileiras mas também das características dos diferentes momentos de expansão do sistema nacional de educação superior. (MACEDO, et al, 2005)

3.2 – Depoimentos

Tão importante quanto esclarecer a parte teórica sobre o tema deste trabalho, é mostrar através de exemplos o quão importante foi para a população de baixa renda o governo criar este Programa.

Estudar medicina foi a realização de um sonho para Juliana Carminatto da Silva, 21. Em suas palavras, “se não fosse o ProUni, não teria condições de fazer esse curso”, diz, referindo-se à mensalidade de cerca de R\$ 2.500 na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Assim como Juliana, mais de 350 mil estudantes conseguiram se beneficiar do ProUni desde o início do seu funcionamento, em 2005.

Como afirmou Celso Carneiro Ribeiro em 2007 para a Folha de São Paulo, “Alguns estudantes ainda recebem uma bolsa-permanência, no valor de R\$ 300,00 para custear livros, transporte e alimentação”.

Diante disso, através do *site* de relacionamentos Orkut , encontramos alguns bolsistas do Programa que gentilmente responderam algumas perguntas e deixaram mensagens que mostram como o Programa, apesar de não solucionar o problema da educação no país, faz com que uma parcela da população tenha direitos e sonhos realizados que não poderiam ter sem o ProUni, seja por serem de baixa renda e não poderem pagar o curso em uma instituição privada, seja por não terem condições favoráveis para entrar numa universidade pública, como mostra Abranches (2006, p.42):

(...) o tempo destinado ao estudo se torna mais ilimitado, uma vez que estes estudantes precisam dividi-lo com atividades tanto profissionais – já que a maioria não pode contar com o subsídio da família para apenas estudar, tendo assim, que trabalhar – quanto domésticas, já que muitos têm a responsabilidade de desempenhar tarefas como cozinhar, lavar suas roupas, fazer faxina etc., o que requer disponibilidade de tempo que poderia ser destinado aos estudos.

O estudante Pedro Henrique Gomes, de Cariacica (ES) cumpre os requisitos para bolsa integral e atualmente está no 7º período de Comunicação Social na Faculdade Novo Milênio. Após tentar duas vezes o curso de bacharelado em Física, na Universidade Federal do Espírito

Santo, relata que estava abalado por não ter passado agravando o fato de também estar desempregado.

(...) estava prestes a tirar meu passaporte com o objetivo de ir para a Inglaterra como trabalhador clandestino. Um colega que tinha recebido um e-mail dizendo que ele tinha passado no PROUNI me ligou contando a notícia e eu de curioso fui olhar minha situação no site do governo. Tinha passado e eles não me chamaram, fui na faculdade e fiz a inscrição no meu curso. No começo foi difícil pois não tinha muitas condições e deixei de ir para faculdade 3 vezes por falta de dinheiro para passagem.

Hoje, Pedro Henrique tem dois estágios, um no Banco do Estado do Espírito Santo como atendente de telemarketing e outro na Câmara de Vereadores de Vitória na assessoria de imprensa do presidente e após terminar a faculdade pensa em abrir uma empresa ou talvez continuar na política.

Fabrizio Bom Jardim, bolsista pela Universidade Anhembi (SP) no curso de Relações Internacionais diz que conseguir estudar em uma universidade particular com bolsa do Programa “É uma forma de poder mostrar para os demais estudantes que, embora com problemas governamentais referentes à educação, existem programas que funcionam e existem meios alternativos de se chegar à universidade”. Já que após tentar duas vezes o vestibular para USP e Unicamp não teve êxito.

Outro grande exemplo é o de Cleriston, estudante do 1º período de enfermagem na Universidade Vale do Sapucaí em Minas Gerais. Após tentar entrar em uma universidade pública por cinco vezes, conseguiu sua vaga na universidade (particular) através do ProUni. Cleriston relata que o ProUni deu a ele, a oportunidade de fazer o que gosta e o que escolheu para a vida toda. Já que as federais são disponíveis para pessoas que cursam o ensino todo em escolas modelos e freqüentam um bom cursinho pré-vestibular. Porém, lembra que o Programa ainda pode melhorar, já que

Apesar de ter mensalidade gratuita, fazer um curso superior no Brasil não é fácil. Requer muito tempo de estudo (levando em consideração que o nosso aproveitamento deve ser superior), e gastos com materiais. Seria crucial que todos nós recebêssemos a “bolsa Permanência”, ou pelo menos os cursos com materiais mais caros como: medicina (todos recebem), farmácia, psicologia, enfermagem, odontologia e fisioterapia.

Este relato vem ao encontro do que diz Abranches (2006, p. 50-51) sobre as instituições de ensino desenvolverem, na sua maioria, uma lógica meritocrática que vai de encontro ao nível de dificuldade e os alunos destas instituições precisam enfrentar para atendê-las.

Esses verdadeiros desafios impostos aos alunos são agravados quando os mesmos têm origem popular e/ou advêm de escola pública. No enalce disso, vem o fato de as práticas pedagógicas adotadas não subsidiarem o cumprimento das exigências impostas por essa lógica meritocrática, fazendo com que haja um índice de desestímulo, de reprovação em disciplinas e até mesmo de desistência do curso.

Tathiana S. L. de São Paulo começou a cursar secretariado na Universidade Nove de Julho neste ano de 2008 e suas expectativas são grandes. Após ter tentado uma vez a Fatec SP, através do Prouni está cursando tecnólogo em Secretariado. Curso que fará muita diferença em sua profissão, já que hoje em dia, trabalha como secretária durante o dia.

(...) foi o caminho que encontrei para realizar o meu sonho em fazer um curso superior, de se enquadrar dentro do mercado e também dentro da empresa em que trabalho. Há cerca de cinco anos estava tentando fazer faculdade e comente agora pude concretizar.

Comprovando o que disse Tathiana, o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo realizou um levantamento que mostra que 72% dos profissionais (do Estado de São Paulo) têm aumento de salário e 69% mudam de cargo ou de empresa depois de graduados.

Para Hermes Ferreira Figueiredo, presidente do Semesp, os resultados da pesquisa encomendada pelo Semesp à empresa Franceschini Análises de Mercado

comprovam não apenas que o ensino superior aumenta a empregabilidade e o desenvolvimento profissional, mas também que as instituições do Ensino Superior Particular, além de contribuir consideravelmente para ampliar o acesso de milhões de brasileiros à educação superior, são também as principais responsáveis pela melhoria na ocupação profissional de seus alunos, propiciando assim mobilidade social e aumento de renda. (2008)

Daniel Jsutino Alves, 23 anos, formado em julho de 2008 no curso de Auditoria Fiscal e Tributária pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro) fala sobre a importância do Prouni na vida dos bolsistas.

A importância do Prouni na vida da grande maioria dos cursandos e formados é imensa, tendo em vista a possibilidade de estudar a nível superior, obter um canudo e ingressar no mercado de trabalho. Horizonte este que, até alguns anos atrás não se havia imaginado na mente destes alunos.

Quando perguntado sobre a importância do Programa em sua vida, Daniel diz que foi uma oportunidade ímpar em tornar-se um profissional especializado e ainda critica as pessoas que acham que o cunho do Programa é meramente político.

(o Prouni) é criticado sob a alegação de que as pessoas de baixa renda não conseguiriam acompanhar o ritmo da aula ou de comprar materiais para a execução do curso, porém, isso é uma inverdade, pois mesmo que não tenha a possibilidade de adquirir o material, o estudante contemplado com a bolsa faz de tudo para mantê-la e se esforça.

Como mostra Juliana, 20 anos, estudante do 7º período de Sistemas de Informação, na Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro) ao dizer que “A bolsa integral do Prouni significa muito para mim, minha família não teria condições de bancar meus livros e os custos de uma faculdade e se fosse pública, provavelmente não poderia trabalhar, devido a carga horária”.

Outro grande benefício do Programa mostra-se através do depoimento de Marieli, estudante do 2º período de fisioterapia na Faculdade da Serra Gaúcha, ao focar a questão da distância de sua casa a uma universidade pública.

A estudante relata: “Sem esta bolsa eu não conseguiria fazer faculdade, pois as faculdades federais do RS ficam longe da minha cidade, o que tornaria difícil para que eu estudasse em uma por causa dos gastos que teria em outra cidade”.

Um depoimento que exemplifica a mistura de classes sociais dentro da universidade causada pelo Programa é o de Viviane, moradora da baixada fluminense e estudante de Comunicação Social na PUC-RJ. A estudante diz que sempre quis fazer Publicidade e através do ProUni conseguiu vaga numa universidade cujo diploma equivale a de uma pública. E ainda completa: “Nem me imaginava estudando na Zona Sul e convivendo com uma realidade tão diferente da minha. Estou aprendendo muito, captando lições que vou levar para a vida toda”.

Se partirmos do pressuposto que educar não é apenas adestrar para uma técnica, e sim construir valores para a sustentabilidade da nossa sociedade, o ProUni inova mais uma vez: “ (...) conviver mais ampla e livremente com a diversidade étnica e cultural de nosso país formará gerações mais aptas a valorizar a riqueza que essa diversidade significa, contribuindo ativamente para a sociedade mais justa pela qual lutamos e que o país merece.” (LAZARO, 2008)

Diante de tantos depoimentos é possível mostrar como o Programa faz diferença na vida de quem se beneficia por ele. Apesar de serem poucos exemplos e não abrangerem todo o tipo de bolsista, são depoimentos que fazem com que compreendamos como o Programa pode fazer muito pela educação superior no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ProUni revela-se um Programa consolidado e fecha seu primeiro ciclo ultrapassando a meta inicial de 100 mil bolsas anuais, o que mostra seu elevado poder de abrangência e com isso o forte impacto social no país. Mais do que isso, “extrapola o caráter acadêmico ao possibilitar a expansão do grande potencial de uma parcela significativa dos jovens brasileiros”. (Revista ProUni, 2008 p. 14)

Com finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, bolsas estas dirigidas aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, o Programa conseguiu atingir a parcela da população que, por diversos motivos, sejam eles econômicos, geográficos ou de outra natureza, não teriam como chegar e/ou concluir o ensino superior.

A parcela jovem da população do país recebe e aproveita muito bem as oportunidades para cursar a educação superior, seja ela pública ou privada, porém, esta ampliação do acesso só adquire plenamente sentido quando vista agregada a um conjunto de projetos que articulam com um olho na educação básica e outro na pós-graduação, ampliação de acesso e permanência.

O atual ministro da educação, Fernando Haddad diz que por mais que o estudante participante do ProUni alimente o desejo mais imediato de ingressar em uma universidade e concluir a graduação, este programa é mais que um projeto de curso, ele é parte de um projeto de educação, que igualmente reflete um projeto de sociedade.

Uma sociedade em que esses estudantes terão espaço para intervir e utilizar o saber aprendido para resolver problemas, dando dimensão política à sua formação acadêmica.

Lembrando que, apesar do Programa ser, com certeza, essencial atualmente, deverá ser uma ação temporária, já que a meta maior do governo para a educação deveria ser a oferta de universidade pública de qualidade e gratuita para todos.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio Paulino(coord) ET all. Prática pedagógica e lógica meritocrática nas instituições de ensino superior. In: Souza e Silva, Jailson (org). Práticas pedagógicas e lógica meritória na universidade, Rio de Janeiro; UFRJ, Pró-reitoria de extensão, 2006, p. 41-51.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3.582, de 10 de setembro de 2004. Propõe a Medida Provisória, que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.509, de 20 de julho de 2007. Altera o § 4º do art. 7º da Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos - PROUNI, para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 out. 2008.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701 Out. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 set. 2008.

LAZARO, André. Educação e desigualdade: o papel do PROUNI. In REVISTA PROUNI. MEC/SESu, n. 01/2008, p. 26-29 . Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/prouni/>>. Acesso em: 10 set. 2008.

LULA diz que governo promoveu "pequena revolução" no sistema educacional. Folha de São Paulo Onilne, 17 mar. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u382605.>>. Acesso em: 24 nov. 2008.

MACEDO, Arthur Roquete de et al . Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. v. 13, n. 47, Jan. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Nov. 2008.

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 845-866 Out. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 21 set. 2008.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. Casa do psicólogo edição 01, 1990, p. 5

PESQUISA quantifica impacto do ensino superior na carreira profissional. Portal do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, Nov. 2008. Disponível em <<http://semesp1.tempsite.ws/portal/?Area=Releases&Action=Read&ID=5592&IDCategory=43&IDArea=&SearchWord=>>> Acesso em: 21 Nov. 2008.

PROUNI possibilita o acesso a cursos disputados em instituições privadas. Folha de São Paulo Onilne, 27 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2004/jusp681/pag0607.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

RELATÓRIO do Grupo de Trabalho instituído pela da Portaria Ministerial nº 4.034, de 8 de dezembro de 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Relatorios/relatorio_gt_mec_adm.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

REVISTA PROUNI. MEC/SESu, n. 01/2008, p. 08-23 . Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/prouni/>>. Acesso em: 10 set. 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. Universalidade e crise das universidades. V. 3, n. 5, Apr. 1989.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 nov. 2008.

QUESTIONÁRIO

Nome:

Idade:

Cidade:

Estado:

Autoriza usar seu nome ou apenas iniciais?

Qual a sua Universidade?

Qual o seu curso? Período? Horário (diurno, noturno, integral)?

Entrou na universidade em que ano/semestre?

Previsão de formatura?

Bolsista do PROUNI integral ou parcial? Se parcial, qual a porcentagem da bolsa?

Quais os requisitos para ser bolsista do PROUNI que foram utilizados para você conseguir sua bolsa?

Tentou entrar em uma universidade pública antes de tentar a bolsa do PROUNI? Quantas vezes? Qual universidade? Qual curso?

Atualmente está trabalhando? Em que? Qual o horário?

O que significa para você ter conseguido a bolsa do PROUNI e poder cursar uma faculdade?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
 Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
 Escola de Educação - EE
 Departamento de Didática - DID

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: PAULA FERNANDA MAYOR

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO:

PROUNI - Programa universidade para bbs: o que dizem os estudantes em rede.

ORIENTADOR(A): Claudio Fernandes

FIGHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: Maria Elena Viana Souza

Nota: 9,0

Considerações:

Trata-se de um tema relevante e muito atual, pois, investigar o Prouni constitui-se em algo essencialmente novo já que o programa é algo recente. A forma como a aluna desenvolve o tema é muito interessante porque ela coleta dados através da internet, de um site de relacionamentos. O texto está bem escrito, mas, poderia ter sido mais explorado tecnicamente.

DATA: 14/12/2008

Assinatura: Maria Elena Viana Souza

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: Claudia Fernandes

Nota: 10.0

Considerações:

O trabalho corresponde aos objetivos de um trabalho monográfico de final de graduação. Está bem cuidado do ponto de vista das exigências acadêmicas. Entretanto, o que destaca-se no trabalho é a originalidade do mesmo, quanto ao campo de pesquisa, adequando aos objetivos de contribuir a opinião dos estudantes que se beneficiam do programa abordado. A análise do programa é feita de forma acadêmica, uma vez que nos o enaltece, sem o recriminar, apresentando pros e contras, pontos de vista tanto do ponto de vista dos estudantes.

Data:

Assinatura:

R.S., 05/12/2008 *Claudia Fernandes*

TERCEIRO AVALIADOR

Professor de Monografia II: Janaina S.S. Menezes

Nota: 9,5

Considerações:

O texto atende o máximo das exigências de um trabalho científico.

Data:

Em 03/12/08

Assinatura:

Janaina

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média final
Dez	9,0	9,5	9,5.